

Congresso Internacional
DAMIÃO DE GÓIS
na Europa do Renascimento

ACTAS



Publicações da Faculdade de Filosofia
Universidade Católica Portuguesa
BRAGA 2003

TÍTULO Congresso Internacional
DAMIÃO DE GÓIS NA EUROPA DO RENASCIMENTO.
Actas

EDIÇÃO Faculdade de Filosofia da
Universidade Católica Portuguesa
Praça da Faculdade de Filosofia, 1
4710-297 BRAGA
Tel. 253 201 200 • Fax 253 213 940
<http://www.facfil.ucp.pt>

ISBN 972-697-170-5
DEPÓSITO LEGAL 94151/03
TIRAGEM 500 exemplares
CAPA Marcelo Marques
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO Abreu, Sousa & Braga, Lda. -- Braga

A mãe da eterna memória:
leitura e reminiscência dos clássicos
em Damião de Góis, referências directas

ARNALDO DO ESPÍRITO SANTO
Universidade de Lisboa

A análise que recentemente fiz no Congresso Internacional *Damião de Góis e o Humanismo Europeu (1502-2002)* revela marcas indeléveis que a leitura dos clássicos deixou em Damião de Góis. Nas duas obras consideradas (os *Commentarii* ao primeiro e segundo cerco de Diu) predomina com toda a evidência o registo historiográfico conduzido com certa autonomia a partir de Lívio, César, Tácito, Salústio e outros, menores, como Floro, Frontino, Valério Máximo, *História Augusta*.

Vergílio está sempre presente, não tanto nas formas, pois seria contra a norma misturar géneros literários diversos, registo histórico e registo épico, mas sobretudo na elevação das proezas dos heróis, mesmo dos inimigos, na coragem da sua entrega aos nobres ideais, de parte a parte, na firmeza das suas convicções e na abnegação que vai até ao sacrifício da própria vida. Há uma pose homérico-*virgíliana* em António da Silveira, D. João de Mascarenhas e outros. Não está ausente o elogio da nobreza portuguesa, tomada como protagonista dessa gesta. Góis vai mais longe, num ou noutro ponto em que aproxima deliberadamente o registo histórico do registo épico, como é manifesto na alusão ao catálogo das naus.

Isto foi dito na comunicação que apresentei ao referido Congresso, que teve lugar em Coimbra de 24 a 25 de Outubro. Mas além desta metodologia, sem dúvida a mais árdua mas também a mais segura, não podemos, todavia, ignorar as menções directas dos autores ou as citações das suas obras.

É o que passaremos a fazer, relativamente à obra em português. Digam-se desde já que as principais referências se encontram quase sempre nos prólogos das obras. As que surgem ao longo do texto, ou representam

citações ou são apenas afloramentos de alusões de interesse secundário. Para começar fixaremos a atenção nos núcleos mais significativos.

Logo no prólogo da *Crónica do Príncipe D. João*, Damião de Góis refere-se à escrita da História como «a mãe da eterna memória»: «Grave negocio comette, serenissimo Rei, quem por obrigaçam, ou por lhe ser mandado, se despõe a dar nouo testemunho dos feitos, e proezas de Reis e príncipes, cujos merecimentos sam taes que ha razam obriga a louualos, e ha industria a trabalhar pera, com arte e prudência se encomendarem à scriptura, mãi da eterna memoria.»¹

Deixo de lado o *topos* escrever «por obrigaçam ou por lhe ser mandado» que tem uma longa história, de que se ocupou Ernest Curtius,² o qual *topos* de modo algum legitima que daí se conclua que Damião de Góis, cronista ao serviço da corte, não pode senão torcer os factos em panegírico da política oficial da expansão e dos descobrimentos portugueses. Se assim foi ou não, isso deve ser fundamentado na verificação da correspondência dos factos narrados com as fontes e não nos lugares comuns do prólogo. Como tal investigação daria para outra comunicação, fixo-me apenas no propósito retórico e estilístico contido na afirmação de Góis: «pera, com arte e prudência, se encomendarem à scriptura, mãi da eterna memoria».

No conjunto, esta afirmação situa-nos no ambiente do *De Oratore* de Cícero, um passo bem conhecido em que se diz que a historia é «testemunha do tempo, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado».³

Por História entende Cícero, neste contexto, a escrita da História. E foi assim que o entendeu Damião de Góis que, em vez de glosar Cícero dizendo que a História é a mãe da eterna memória, disse de forma mais precisa que a «scriptura» é a «mãe da eterna memoria».

Esta é a ligação mais directa de Góis ao contexto da problemática em discussão no livro III do *De Oratore*, onde se demonstra o universalismo imperioso da retórica, que domina todas as artes que usam da palavra e que, portanto, deve ser parte essencial da escrita da História. Parece, no entanto, que Damião de Góis se distancia criticamente desta perspectiva quando, por um lado, reconhece a exigência de um «alto stylo d'escrever», de um «grande ornamento de lingoagem, sutil, e discreto artificio rheto-

¹ *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*, Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, 1977, p. 9.

² E. R. Curtius, *La littérature Européenne et le Moyen Âge latin*, Traduit de l'allemand par Jean Bréjoux, PUF, 1956, p. 157: «si l'auteur se risque à écrire, c'est uniquement parce qu'un protecteur ou un supérieur l'en a prié, en a exprimé le désir ou donné l'ordre. C'est ainsi que Cicéron procède dans le *proemium* de l'*Orator* [...]; c'est Brutus qui l'avait prié d'écrire. Virgile obéit à l'injonction (*jussa*) de Mécène [...]; Plin le Jeune rassemble ses *Lettres* parce qu'on l'y a encouragé».

³ «*Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magister uitae, nuntia uetustatis*» (*De Oratore*, II, 36).

rico», mas, por outro, reclama que «o descuido do scriptor nam çegue ha gloria do que trata, nem ho desacostumado modo de dar cores desneçesarias aho que quer dizer faça suspeita de pouca fé, e pareça ser ha tal scriptura mais imitação de tragedias fabulosas, sob cor de verdade que stylo historico – no qual se requiere çerta notícia do que se trata e inteira fé no que se conta e grande prudência no que se screue».⁴

Na verdade, porém, neste acentuar da essência de um estilo histórico que não deve deixar-se arrastar pela tentação dos floreos retóricos, mas antes preferir-lhes o rigor da investigação e a imparcialidade na narração, não há, de facto, nenhum distanciamento de Damião de Góis em relação a Cícero, mas apenas leitura e compreensão exactas dos pontos de vista expostos no *De oratore*. Não é, pois, do lado da retórica que podem surgir ameaças à isenção do Historiador, mas sim daquilo que está subentendido no terceiro requisito que ele se impõe: «grande prudência no que se screue». Interpreto esta reserva como uma confissão ao leitor de que nem tudo foi escrito abertamente e como um convite a que leia nas entrelinhas a mensagem que foi apenas insinuada nas palavras. A verdade é que nunca os leitores de Góis, seus admiradores ou seus rivais, tiveram dificuldades em extrair da sua escrita as inferências necessárias. Mas voltamos a Cícero e à retórica.

No entrecho da discussão, um dos intervenientes no diálogo acerca dos oradores pergunta ao outro: «Na tua opinião qual é a preparação que deve ter na arte de falar o orador ou a pessoa que deve escrever a história?» A resposta dada é mais uma crítica à imperícia dos primeiros analistas romanos do que uma opinião sobre a questão proposta: «Se a escrever como os Gregos, deve ser o maior dos oradores; se como nós, os Romanos, não é preciso um orador; baste que não seja mentiroso».⁵ Quer dizer, a retórica, que ensina a escrever bem e a dar interesse e vivacidade à narração, é indispensável à escrita da História. Mas ao mesmo tempo, fica de pé, no sentido jocoso da resposta, que essa escrita deve ser fiel à verdade, usando muito embora de toda a arte e todas as técnicas ensinadas pela retórica.

Vistas as coisas nesta perspectiva, torna-se claro que Damião de Góis segue a seu modo, embora com alguma independência de linguagem, o essencial do pensamento de Cícero. Aliás, em toda a sua escrita a cada passo se nos deparam frases que mais não são do que reminiscências de obras diversas que ocorrem naturalmente no meio das suas próprias reflexões, sem que disso, provavelmente, tenha consciência.

⁴ *Crónica do Príncipe D. João*, p. 9.

⁵ «*Age vero,*» inquit Antonius «*qualis oratoris et quanti hominis in dicendo putas esse historiam scribere?*» «*Si, ut Graeci scripserunt, summi,*» inquit Catulus; «*si, ut nostri, nihil opus est oratore: satis est non esse mendacem.*» (*De oratore* II, 51).

É assim que, ainda na *Crónica do Príncipe D. João*, escreveu Góis: «claro he hos naturaes destes Regnos que alcançarão de Deos ha graça pera poderem screver cousas tam memoraues, terem mór obrigaçam a com seu studo, e stylo diuulgarem hos taes feitos». ⁶ O que aqui ressoa é um período do *De Legibus*, onde uma personagem do diálogo exorta a outra a escrever a história de Roma «para que também neste género os Romanos não sejam inferiores aos Gregos». Damião de Góis deixou-se impressionar por esta sentença concisa: «mihi uideris... patriae debere hoc munus». ⁷ Se leio bem nas entrelinhas, foi por ter consciência do momento histórico que vivia que Damião de Góis assumiu como dever para consigo, para com a pátria e para com a humanidade, perpetuar a memória dos extraordinários acontecimentos que se desenrolavam diante dele. Essa preocupação é constante, como se pode ver nas *Cartas*, particularmente naquela que dirigiu ao Cardeal Bembo em 1540, na qual se lê: «Quanto a admonirdes-me a relatar os feitos dos nossos portugueses, não o fazeis embalde, pois que desde há muito me anda isso no ânimo. Se Deus seruido for nos conceder vida um pouco longa, tentaremos mostrar que as gestas dos nossos não são inferiores às façanhas dos gregos nem romanos, e que mais diferença existe entre os talentos dos seus redactores do que grandeza nos próprios factos sucedidos.» ⁸ Divulgar ao mundo os feitos dos Portugueses é uma missão que Góis assume em plena consciência.

Um outro núcleo de referências aos clássicos insere-se no contexto da demonstração de que o Infante D. Henrique não foi levado por «inspirações diuinas» a «descobrir destas partes ocçidentaes ha nauegação para ha India Oriental, ha qual sabia por çerto que fora já em outros tempos achada.» ⁹ Ao contrário do que outros pensaram e escreveram (referência indirecta a Rui de Pina e a João de Barros ¹⁰), Damião de Góis, impregnado do espírito humanista, interpreta os descobrimentos como o resultado do esforço de homens esclarecidos na leitura dos autores clássicos, os verdadeiros autores.

O Infante, diz ele, foi um desses homens que «continuamente studaua, crendo o que screuiam quomo cousas scriptas por homens, e assi

⁶ *Crónica do Príncipe D. João*, p. 18.

⁷ Cícero, *De Legibus*, I, 5.

⁸ «Quod me mones ad gesta nostrorum Lusitanorum scibenda, non frustra mones, cum id mihi multo tempore in animo sit. Si Deus nobis uitam longiorem concedere dignabitur, tentabimus ostendere facta nostratum nec Graecorum nec Romanorum rebus gestis inferiora esse; ac plus discriminis esse inter ingenia scribentium, quam magnitudinis in ipsis rebus actis.» (Amadeu Torres, *Noese e Crise na Epistolografia Latina Goisiana: 1 as Cartas Latinas de Damião de Góis*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982, p. 178; tradução na p. 340).

⁹ *Crónica do Príncipe D. João*, p. 20.

¹⁰ Rui de Pina: «E assi o ditto Infante como aconselhado e esforçado, já por divina inspiração movido a isso» (*Crónica de D. Afonso V*, cap. 144). João de Barros: «dizem ser elle exhortado por oraculo diuino» (*Década I*, cap. 2). Cf. Graça Almeida Rodrigues, *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*, p. 228.

as cria, e duuidaua quomo se deue fazer a totaldas que dos homens e de seus juizos procedem». ¹¹ Além de uma atitude crítica e científica avançada, que de certo modo antecipa o espírito do humanismo, Damião de Góis, neste contexto, atribui ao Infante D. Henrique conhecimentos sobre a circum-navegação do continente africano alcançados na leitura de Aristonico (citado por Estrabão), Heródoto, Hanão (citado por Pompónio Mela), Plínio e Cornélio Nepos. Tal atribuição coloca várias questões que exigem alguns esclarecimentos e prudência na interpretação do seu alcance. Aceita-se sem contestação que o Infante possa ter compulsado e lido os autores latinos: Cornélio Nepos, Plínio e Pompónio Mela. Teoricamente, será até possível que tenha tido acesso à tradução latina de Estrabão concluída por Guarino de Verona, que morreu em 1460. Mas só em manuscrito, uma vez que o Infante, falecido também em 1460, não pode ter consultado a edição que dela vem a lume em Veneza no ano de 1472. Teoricamente, também, não é impossível que tenha consultado em manuscrito a tradução de Heródoto que Lourenço Valla deixou concluída, mas não revista, à data da sua morte em 1457, e que só veio a ter a sua primeira edição em 1526. ¹² Mas na prática não é plausível que tenha tido acesso a essas duas traduções.

Daqui se conclui que entre os autores verdadeiros que o Infante «continuamente studaua» ¹³ não podia estar Heródoto e dificilmente estaria Estrabão. Não obstante esse facto, os passos de Pompónio Mela, a que faz alusão Damião de Góis, eram suficientes para justificar a suspeita da possibilidade de circum-navegar a África, pois que, por um lado, Hanão, saindo pelo estreito de Gibraltar, navegara pelo mar dentro e fora obrigado a regressar, não por falta de mar, mas de mantimentos; e, por outro lado, Eudoxo, partindo do Golfo Pérsico, navegou para ocidente até chegar a Cádiz. ¹⁴ Da leitura de Plínio teria ficado a conhecer os mesmos empreendimentos, com a variante de que, ao contrário do que diz Pompónio Mela, Hanão teria concluído a sua viagem de circum-navegação da África «de Gibraltar até à Arábia». ¹⁵

¹¹ *Crónica do Príncipe D. João*, p. 21.

¹² *Herodoti Halicarnassei historiographi libri nouem, musarum nominibus inscripti, interprete Lauren. Val.*, Coloniae apud Eucharium Cornicorum, anno MDXXXVI.

¹³ *Crónica do Príncipe D. João*, p. 21.

¹⁴ «dubium aliquandiu fuit, essetne ultra pelagus caperetne terra circuitum an exhausto fluctu sine fine se Africa extenderet: verum et[sic] Hanno Carthaginiensis exploratum missus a suis, cum per oceanii ostium exisset magnam partem eius circumvectus, non se mari sed commeatu defecisse memoratu rettulerat, et Eudoxus quidam avorum nostrorum temporibus cum Lathyrum regem Alexandriae profugeret, Arabico sinu egressus per hoc pelagus, ut Nepos adfirmat, Gades usque pervectus est: ideo eius orae notae sunt aliqua.» (Pomponius Mela, *De Chorographia* III, 89-90).

¹⁵ «et Hanno Carthaginis potentia florente circumvectus a Gadibus ad finem Arabiae navigationem eam prodidit scripto, sicut ad extera Europae noscenda missus eodem tempore Himilco, praeterea Nepos Cornelius auctor est Eudoxum quendam sua aetate, cum Lathyrum regem fugeret, Arabico sinu egressum Gades usque pervectum, multoque ante eum Caelius Antipater vidisse se qui navigasset ex Hispania in Aethiopiae commercii gratia.» (C. Plinius Secundus, *Naturalis Historia* II, 169).

Os restantes dados, os de Estrabão e os de Heródoto, esses são pura contribuição de Damião de Góis que, provavelmente quando esteve em Pádua, pôde ter acesso às edições da tradução latina de Guarino de Verona para Estrabão (Veneza 1472 e Treviso 1480) e da de Lourenço Valla para Heródoto (Veneza 1526). As alusões a Heródoto, identificadas, tal como as de Estrabão, Plínio e Pompónio Mela, por Graça Almeida Rodrigues, na edição crítica da *Crónica do Príncipe D. João*, dizem respeito ao livro IV das *Histórias*, parágrafos 42-43, onde se contam duas histórias sobre a circum-navegação da África: uma bem sucedida, da iniciativa do Faraó Neco do Egipto, que ordenou que o périplo se fizesse a partir do Mar Vermelho em direcção ao Sul, sendo percorrida depois a costa ocidental até às colunas de Hércules;¹⁶ outra, imposta por Xerxes, iniciada no sentido inverso, da costa ocidental para a oriental, como a dos portugueses, mas não concluída.¹⁷ Seria, porventura, indispensável que o Infante conhecesse estes elementos para conceber o plano da circum-navegação de África? Porque, como acabamos de ver, se em Pompónio Mela havia apenas notícia de uma tentativa falhada de circum-navegação da costa ocidental da África para a oriental, em Plínio essa tentativa é dada como efectivamente realizada. Que Heródoto remotamente está na origem de tudo isso, não há dúvida. Mas não foi da leitura de Heródoto que o Infante recebeu tais conhecimentos. Em suma, Góis atribui ao Infante D. Henrique conhecimentos e uma *forma mentis* que são mais dele próprio que do inclito príncipe de Avis.

¹⁶ É evidente que a Líbia está cercada de mar a toda a volta, menos do lado que confina com a Ásia. Foi Neco, rei do Egipto, o primeiro – quanto sabemos – que o demonstrou. Quando terminou a escavação do canal que val do Nilo até ao golfo Arábico, enviou Fenícios em barcos, com a recomendação de, no regresso, navegarem através das Colunas de Hércules até chegarem ao mar do lado norte e, daí, até ao Egipto. Então esses Fenícios partiram do mar de Eritreia e cruzaram o mar do sul. Quando chegava o outono, encostavam e semeavam a terra, nas zonas da Líbia onde de vez em quando voltavam a navegar, de tal modo que, passados assim dois anos, ao terceiro dobraram as Colunas de Hércules e chegaram ao Egipto. Diziam eles – coisa em que eu não acredito; acredite quem quiser – que, ao fazerem a circum-navegação da Líbia, tiveram sempre o sol à sua direita. Foi assim que, pela primeira vez, se ficou a conhecer a Líbia. (Heródoto, *Histórias*, livro 4º, Introdução, versão do grego e notas de Maria de Fátima Silva e de Cristina Abranches Guerreiro, Lisboa, edições 70, 2000, p.56-57).

¹⁷ Depois são também os Cartagineses que o confirmam, dado que Sataspes, filho de Teáspis, um Aqueménida, não conseguiu cumprir o périplo da Líbia; foi enviado com esse fim, mas receoso da extensão da viagem e da solidão voltou para trás, sem ter levado a cabo a empresa que a mãe lhe tinha imposto. Sataspes partiu então para o Egipto, lá arranhou um navio e marinheiros locais e pôs-se a caminho das Colunas de Hércules. Depois de as ter atravessado e dobrado o cabo da Líbia conhecido por Solunte, navegou em direcção ao sul; durante muitos meses foi cruzando uma grande extensão de mar; depois, como lhe faltava sempre mais, deu a volta para trás e fez o caminho de regresso ao Egipto. Chegado aí, voltou à corte de Xerxes e contou-lhe que, no ponto extremo da sua viagem, tinha navegado ao longo de uma terra de homens pequenos, que se vestiam de folhas de palmeira. Sempre que ele e os companheiros aportavam à costa, aquela gente fugia para as montanhas, abandonando as cidades. Os viajantes, por seu lado, quando penetravam nas cidades, não lhes causavam qualquer dano, porque se limitavam a arranjar o que comer. Segundo ele, o motivo que o tinha impedido de completar o périplo da Líbia era o seguinte: o barco não conseguia avançar mais e parou. (Heródoto, *op. cit.*, p. 57).

Não será esse, ainda, o caso da resposta alongada que D. Henrique, «quomo mais ançiam»,¹⁸ deu a D. Afonso V? O essencial da questão encontra-se nestas palavras: «posto que tantas companhas teussesis quomo elRei Xerxes trouxe consigo, quando passou em Grécia, pouco vos aproueitaria, visto que os casos da guerra consistem mais na força da vontade, que na dos corpos.»¹⁹ A avalanche de soldados persas que seguiam Xerxes na invasão da Grécia, invasão que culminou na batalha de Salamina em 480 a.C., é caracterizada com todos os pormenores por Heródoto. À primeira vista o segmento «posto que tantas companhas teussesis quomo elRei Xerxes trouxe consigo» não pode ter sido pronunciado por D. Henrique, que não teve à sua disposição a obra de Heródoto em tradução, e muito menos terá lido as outras duas fontes sobre este episódio da história ateniense, Ésquilo e Diodoro Sículo. É verdade que pode admitir-se outra explicação, como por exemplo a de que a desigualdade numérica entre Gregos e Persas era de tal forma flagrante que impressionava vivamente a imaginação de vários autores da Antiguidade e foi transformada numa espécie de lenda.²⁰ São dezenas os *exempla* na literatura latina que têm Xerxes como figura central. Há ocorrências em várias obras de Cícero, em Cornélio Nepos, em Frontino, em Valério Máximo, etc. Ao todo são setenta e quatro. Não é impossível que o Infante tivesse conhecimento deste passo do *De Firibus*: «quid tanto concursu honestissimorum studiorum, tanto virtutum comitatu, si ea nullam ad aliam rem nisi ad voluptatem conquiruntur? ut, si Xerxes, cum tantis classibus tantisque equestribus et pedestribus copiis Hellesponto iuncto Athone perfosso mari ambulavisset terra navigavisset, si, cum tanto impetu in Graeciam venisset, causam quis ex eo quaereret tantarum copiarum tantique belli, mel se auferre ex Hymetto voluisse diceret, certe sine causa videretur tanta conatus [...]»²¹ Em «tantis classibus tantisque equestribus et pedestribus copiis» poderá estar a origem da expressão «tantas companhas» atribuída ao Infante. Como podia estar num passo da vida de Temístocles de Cornélio Nepos: «cum tantis copiis, quantas neque ante nec postea habuit quisquam, huius enim classis mille et ducentarum nauium longarum fuit, quam duo milia onerariarum sequebantur, terrestres autem exercitus septingenta peditum, equitum quadringenta milia fuerunt».²²

¹⁸ *Crónica do Príncipe D. João*, p. 34.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Cf. Grégoire, H., «La légende de Salamis, ou comment les philologues écrivent l'histoire», *Les Études Classiques*, XXI, 1935, pp. 519-531. Maurice, F., «The size of the army of Xerxes», *Journal of Hellenic Studies* L, 1930, p. 210 e LII, 1932, pp. 13 ss.

²¹ II, 112.

²² Cap. 2, 4-6.

Tudo isso é possível. Mas atendendo à técnica, eminentemente retórica, da intervenção da personagem em discurso indirecto, o mais certo é concluir que quem estava profundamente impregnado do espírito do Humanismo era sem dúvida Damião de Góis. Quem leu Heródoto e Estrabão, e outros autores gregos, foi sem dúvida Damião de Góis. Mas poderá inferir-se daqui que ele sabia grego a ponto de os ler no original? A prudência aconselha resposta negativa.

Será talvez por ter Heródoto bem vivo na memória que Damião de Góis, a propósito da descoberta de uma estátua esculpida na rocha no cume de um monte da ilha do Corvo, faz desfilar umas tantas observações eruditas sobre erros cometidos pelos filósofos e historiadores, entre os quais Pompónio Mela, Estrabão e Heródoto.²³ O erro que lhes atribui é terem considerado que a antiguidade do Egípto remontava a mais de dez mil anos e que disso havia documentos.²⁴ O que não podia ser, obviamente, se, de acordo com os cronólogos da Bíblia, o mundo tinha sido criado cerca de seis mil anos antes de Cristo. Pouco importa enunciar as necessárias ilações acerca da forma de pensar de Damião de Góis. Mais importante é notar que ele faz questão de relevar que Heródoto escreveu em grego e, sobretudo, de indicar o passo da obra: livro II.

Eu interpreto esta precisão de referências como um indício claro de que Góis tinha diante de si ou na sua biblioteca uma edição em latim das *Histórias* de Heródoto. Em latim, repito, porque isso me parece significar a insistência de que ele escreveu em grego, embora esteja tanto em latim como a edição de Pompónio Mela, que acaba de citar, com indicação precisa do passo. Uma pequena colecção de clássicos latinos, e gregos traduzidos para latim, de certo fazia parte da biblioteca de Damião de Góis. Repare-se que também chama a atenção para o facto de Estrabão ter escrito em grego.

O seu conhecimento dos clássicos, todavia, não desempenha na obra portuguesa, à excepção do prólogo da *Crónica do Príncipe D. João*, mais que uma função meramente retórica. O texto que acima citámos e comentámos a propósito da estátua da ilha do Corvo não passa de um excursão erudito e ornamental, enxertado à força no contexto. Muito ao contrário do que sucede com os dois cercos de Diu, cujo modelo narrativo está estruturalmente dependente dos historiadores latinos, e cujas perso-

²³ Cf. *Crónica do Príncipe D. João*, cap. IX. Em que o author trata algumas particularidades das Ilhas dos Açores, e de hua antigualha que se nellas achou.

²⁴ «E se has openiões dalguns Philosophos se houueram de crer, ou ahos historicos gentios, nesta parte se houuera de dar algum credito, facilmente se podera cair em muitos erros se delles nos nam desenganara ha sagrada Scriptura. Dos quais senam pode escusar Pomponio Mela, grauissimo scriptor Latino, no seu primeiro liuro, falando da antiguidade dos Egipçios, onde diz que tinham historias çertas de mais de treze mil anos. E ho mesmo faz Herodocto no segundo liuro da sua historia, que screveo em grego, muito antes que Pomponio [...]. Estrabo, que ha bem mil e quinhentos annos que screveo em lingua grega [...]» (*Crónica do Príncipe D. João*, p. 30).

nagens, nas suas actuações e na grandeza dos seus gestos, não deixam de configurar situações tipificadas pelos antigos heróis. Na obra em português há um espírito diferente.

Aqui predominam as alusões aos Gregos em *exempla* ou comparações, como esta: «screuão hos Gregos, screuam hos Romãos, tudo o que se pode dizer dos Emperadores, Reis, Príncipes, Respublicas, çidades & pessoas particulares que derão muitos lououres, por guardarem suas promessas, aque ha fé publica hos obrigaua: mas eu não creio que ha verdade, & fé com que elRei de Cochim guardou, & defendeo os nossos, seja inferior a nenhua daquellas, de que elles em seus liuros, sobreste caso fazem muitas, & espãtosas admirações.»²⁵ Ou como aqueloutra que surge à cabeça do retrato de D. Luís «que para a natureza de todo cumprir os dotes que lhe deu, lhe houuera de conçeder ocasiã para poder conquistar mores regnos & senhorios do que ho fez a Alexandre».²⁶ Não há dúvida, porém, de que, se este estratagemã é do puro domínio da escrita da história, como é ensinada por Cícero, nem por isso deixa de ser significativo que os termos da comparação sejam um Alexandre, e que os historiadores sejam os Gregos e os Romanos.

Há, por conseguinte, na obra portuguesa de Damião de Góis a intenção de criar um ambiente que respire os valores literários e as virtudes dos paradigmas pagãos. Embora não seja uma evidência absoluta, provavelmente era esse o resultado ou o efeito de uma geração formada na corte, no desassombro do primeiro humanismo, galante, ferozmente adepto e admirador dos valores da Antiguidade. Para seu infortúnio, ainda em vida dele, o ambiente mudou radicalmente com a implantação da Inquisição e com o envelhecimento da sociedade portuguesa. Mas a geração que fora criada na consciência da superioridade dos valores humanos sobre tudo o mais, como era o caso de Góis, nunca abandonará, na sua linguagem e nos quadros que traça, essa marca de estilo que é também um toque que dá colorido e alegria ao triunfo dos Portugueses construtores de um vasto império.

Para exemplificar estas afirmações vem a propósito um passo da *Crónica de D. Manuel*. Foi o caso que Duarte Pacheco Pereira, agraciado na Índia por el-Rei de Cochim pelos notáveis feitos que realizou contra o Samorim de Calecut, recebeu de D. Manuel, em chegando ao Reino, a suprema honra de uma pompa triunfal, não sei se direi à moda romana ou à moda portuguesa, às duas talvez. Hesito, porque o cortejo partiu da Sé para S. Domingos. El-Rei D. Manuel levava à ilhargã o homenageado. Já em S. Domingos, D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu «fez hua pregaçam, em

²⁵ *Crónica de D. Manuel* I, p. 177.

²⁶ *Idem*, p. 246.

que relatou tudo o que lhe acontecera na Índia, & ho mesmo mandou fazer per todo o Regno, & ho screueo ahos mais dos Reis, & Príncipes christãos». ²⁷ Esta forma de triunfo pagão, sem dúvida alguma de mescla com elementos cristãos, não deixa de ser uma glorificação viva do triunfo do herói, e do Rei de tais heróis.

Mas há aqui um alcance maior, que é divulgar pelo mundo a imagem desse heroísmo profundamente associado à expansão do Cristianismo que em parte o legitima. Há nesta política de D. Manuel uma intenção clara.

O que esta cerimónia de triunfo tem de tipicamente portuguesa é que Duarte Pacheco acabou em extremos de pobreza, abandonado, deposto e castigado por falsas denúncias: «Esse, diz Damião de Góis, foi o galardam que Duarte Pacheco houue em satisfaçam de tam grandes & memorauéis seruiços que foram hos que fez à Coroa destes Regnos.» É claro que esta conclusão foi censurada pelo conde de Tentúgal e eliminada na 2ª edição da crónica.

Mas voltemos aos testemunhos de leitura de Heródoto e dos historiadores antigos, para sublinhar uma outra função das referências, das citações e resumos de episódios pitorescos ou fantásticos por eles veiculados. Uma vista de olhos pelas páginas onde é maior a densidade de referências aos clássicos não deixa lugar para dúvidas de que se trata de textos afins organizados em torno do mesmo tema. Diodoro Sículo é invocado juntamente com Heródoto no capítulo X da segunda parte da *Crónica de D. Manuel* «Em que se trata da terra de Sofala, & dos costumes que nela vivem, e no grande Regno de Benomotapa». Como é seu hábito ao escrever sobre uma região ou uma cidade, Góis procura expor o que sobre ela dizem as fontes históricas, quase sempre lendárias, da Antiguidade. Há uma propensão nítida para prestar atenção a narrativas de carácter etnográfico, agrupadas à volta de uma série de autores que mostram uma profunda comunidade de interesses e métodos historiográficos, entre os quais se encontram Heródoto, Megástenes, Onesícrito, Agatárquides de Cnido e o próprio Diodoro Sículo. ²⁸

Como nestes autores, assim em Damião de Góis converge a criação de uma imagem utópica em que se cruzam relatos fantásticos da Antiguidade com alguma informação que lhe chegara dos relatórios e dos testemunhos directos vindos da Índia. Não é impossível que a tudo isso misture os seus ideais e utopias de humanista. Os Clássicos continuam a ser os guias e a literatura portuguesa de quinhentos o ponto onde converge a experiência milenar do ocidente com a descoberta ofuscante do mundo oriental carregado de enigmas, num cruzar de olhares que se perscrutam e interrogam.

²⁷ *Idem*, p. 245.

²⁸ Cf. J. J. Lens Tuero – J. Campos Daroca, *Utopías del Mundo Antiguo. Antología de Textos*, Madrid, Alianza Editorial, 2000, pp. 185-189.

Assim, a propósito de Sofala e da Costa oriental africana, e particularmente da Etiópia, Góis refere em resumo o que sobre estas paragens se lê em Diodoro Sículo, ou seja, «que foram hos Ethiopes hos primeiros homens que tiveram conhecimento de Deos, & primeiro vsaram religiam, & çeremonias no culto deuino, & foram os primeiros que acharão ho modo de screver, & que delles veo ho conhecimento destas cousas ahos Egypcios, donde diz que eles descendem, & tomárão has leis por que se gouernauam.» ²⁹ Aparentemente, nada mais esperado do que esta rememoração erudita. Menos de esperar era que tal informação provocasse em Damião de Góis uma associação de ideias com outras fontes, bem conhecidas, sobre a visita que a Rainha de Sabá fez ao Rei Salomão, e o levasse a exercitar a sua agudeza crítica e a introduzir uma correcção no relato de Diodoro Sículo: «Mas estes Etiopes a meu júizo deuem de ser hos da terra do Abexi por ser gente, que ha muito tempo que tem lei, & della era ha Rainha Sabá, que veo visitar Salamão: & daquele tempo pera qua tiueram conhecimento da lei que Deos deu ahos Iudeus per mão de Moysem, & nã hos que jazem do mar Darabia, atte ho cabo de boa Sperança, & ho sinal disso, he serem tam incultos, & barbaros quomo sam.» ³⁰

Que há a concluir de tudo isto? Sem dúvida alguma, em primeiro lugar, uma intenção nitidamente ideológica, isto é, que Damião de Góis distingue claramente, na costa Oriental, do Mar de Arábia até ao cabo da Boa Esperança, uma terra inculta e bárbara que é preciso dominar e onde se exerce o direito de conquista. Caso à parte é a Etiópia culta, sábia, historicamente favorecida desde muito cedo pela luz da Revelação, reino de que desde menino Góis ouviu falar e sobre o qual escreveu, e que, diga-se de passagem, tema para outra comunicação, representa uma religião com algum sincretismo, onde convivem ritos e observâncias judaicas com os mais autênticos princípios da doutrina cristã. Algum dia, talvez, Damião de Góis terá pensado que esta poderia ser a fórmula para solucionar a questão da integração dos Judeus nas nações do Ocidente Europeu, em vez de os perseguir e queimar. Passo adiante, porque esta seria matéria muito vasta.

Certo é que Damião de Góis marca nitidamente a Etiópia como um caso à parte e logo a partir das fontes clássicas. E como outros autores portugueses do seu tempo cruza a erudição clássica com o conhecimento que lhe vem de uma experiência concreta que os antigos não tiveram. Não será demais sublinhar este aspecto que confere aos nossos humanistas e à civilização periférica que representam, como foi a portuguesa de quinhentos, um lugar e uma função únicos na constituição do património do

²⁹ *Crónica de D. Manuel II*, p. 33.

³⁰ *Ibidem*.

espírito do universal. Por eles a herança do ocidente e do oriente, a erudição e a descoberta, fundem-se numa unidade de cultura que se revê e nessa medida se amplia em novas formas de pensar o mundo. Qualquer que seja o valor intrínseco da obra de Góis e o contributo dos portugueses de quinhentos para a grande reflexão ou revolução humanista, a eles pertence esse privilégio de terem sido o cadinho, às vezes de forma contraditória, de uma experiência singular que marcou definitivamente a modernidade. Não foi decerto por acaso que Thomas Morus tomou a narração de um português como argumento da sua *Utopia*.

De Heródoto serve-se Góis do episódio em que Cambises enviou «seus embaixadores, pera, por amizade hos sobmeter a seu Imperio»³¹ pelos quais mandou em presente ao Rei objectos de grande riqueza. O Rei despreza os presentes porque de ouro são os grilhões que prendem os criminosos nos cárceres do seu Reino. Para quê presentes de ouro?

É inegável que há algo de simbólico em toda esta cena. O ouro e a riqueza, que também os Portugueses procuravam nestas paragens, surgem como isotopias daquilo que acorrenta os homens e os impérios aos interesses mesquinhos. O Rei da Etiópia, representante de uma outra forma de ver o mundo, mostra a Cambises, e Góis aos Portugueses, que os bens essenciais da vida são de outra natureza. Esta a sabedoria que ultrapassa de muito longe as ambições e o sistema de valores vigentes nas nações ocidentais aqui simbolizadas pelo rei da Pérsia.

Estas utopias são bebidas no conjunto dos autores que referi, que se influenciam mutuamente, ou são herdeiros uns dos outros. Sobre a Índia, por exemplo, o ponto de partida de Diodoro Sículo, Estrabão e Arriano foi sem dúvida a obra de Megástenes, visão de um observador directo e atento, dando uma descrição exacta nos pormenores, e ao mesmo tempo idealizada, em muitos aspectos que fazem da Índia um lugar onde se realizam as mais extraordinárias utopias.

Não se pode ignorar este espírito quando se lê em Damiano de Góis a descrição da cidade e dos habitantes de Ormuz, «cidade rasa, muito bem arruada, de muitas & mui nobres casas de pedra, gesso, & cal cõ seus sobrados e terrados», com uma população culta dada à música e às trovas, «bem tratados de suas pessoas»³² e que, o mais importante de tudo, «Têm em tudo tanta poliçia, & vsam tanto ho exercício das letras, que em hua casa que pera isso edificaram nesta çidade vem todolos dias ler hu homem docto, Chronicas & Historias de Alexandre & Dario, & outras antigas, & modernas, & livros de doutrina, ha qual liçam, vem ouuir muitos

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

homens, assim velhos, quomo mançebos, cousa muito digna de louuar...».³³

Esta universidade à maneira europeia, descrita com muito colorido, onde se lê Heródoto, Xenofonte, Diodoro, Estrabão, Arriano, Quinto Cúrcio, ou outros autores similares, é mais um ponto de encontro de duas culturas. Góis põe a hipótese de os Persas terem tomado dos Venezianos este «exercício das letras», ou vice-versa, uma vez que ele próprio assistiu e participou numa experiência semelhante: «porque em Veneza, nam estando mais que çinquo legoas de Pádua, Vniversidade celebre, se faz ho mesmo, & se lem em casas publicas, duas lições no dia, hua em Philosophia, & outra em humanidade, & historias, das quaes lições eu ouui muitas estando naquela cidade, & de homens mui doctos, & do que me mais espâtei, foi ver nestas lições muitos gentis homens, de çinquenta, sessenta, setenta annos, de que hos mais delles eram dos principais do cõselho, & de todo ho governo da Republica, donde acabada a liçam se iham ao Senado, ou a outros lugares a tratar cada hum delles ho offiçio que tinha a cargo.»³⁴ Góis faz questão de acentuar que há um ideal comum nas duas civilizações. E há também um pouco de respeito por essa civilização que nem sempre foi tratada com dignidade.

De facto, todos esses hábitos culturais inserem-se numa tradição que vem da época medieval, do estudo dos filósofos e escritores gregos, entre os muçulmanos da Pérsia. Não é, pois, de estranhar que, ao chegar Afonso de Albuquerque ao rio de Diu, lhe tenham referido que ali Hércules tivera «duas batalhas com ho Rei que entam regnava, em que Hercules foi desbaratado.»³⁵ E Damiano de Góis comenta que isso «parece concordar com Herodoto, que diz, que Hercules escapou da Índia de todo desbaratado.»³⁶

Dêmos por assente que não só em Ormuz, mas também pela planície do Indostão se tinha conhecimento de Heródoto. Mas a resposta das gentes do lugar a Afonso de Albuquerque que surgia em contexto de guerra parece ter, além desse, outros significados. Pode ser interpretada como um aviso ou ameaça à intromissão do estrangeiro. Mas, ao mesmo tempo, a associação dos dois planos, o do mito e o da realidade, de Albuquerque vitorioso com Hércules derrotado, vem fazer daquele um herói indiscutível, superior a tudo o que a Antiguidade produzira. Claro é que dessa associação de situações sai exaltada em simultâneo a gesta portuguesa.

Estamos, mais uma vez, no interior de uma retórica subtil servida pelas alusões clássicas. A justaposição dos dados nunca chega a formular um sentido explícito como o das palavras grandiloquas de Camões:

³³ *Ibidem*.

³⁴ *Idem*, pp. 108-109.

³⁵ *Idem*, p.132.

³⁶ *Ibidem*.

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram.³⁷

Mas a verdade é que a função das referências clássicas é conduzir, de forma implícita, ao mesmo tipo de enquadramento, do qual sobressai a mesma mensagem, veladamente.

Voltando ao começo, o que aqui temos é uma visão da história, não apenas como repositório de factos, mas como fonte de significado, para o presente e para o futuro, e forma de leitura dos tempos e da vida dos homens e das civilizações que geram.

Destas alusões aos Clássicos parece-me diferente um apontamento breve de que «Havia nesta frota dos Rumes tanta diuersidade de gente, & lingoagens que se acharam nas naos, & galés que tomaram, muitos liuros em latim, Italiano, Alemão, Esclauom, & Françes, Castelhana, & alguns em Portugues.»³⁸ Não espanta que assim seja, que entre eles houvesse livros em tal variedade de línguas porque, de facto, os Rumes eram uma massa heteróclita de soldados muçulmanos, na maioria filhos de cristãos, adestrados nas armas. O que espanta é que entre eles houvesse livros em latim. Mas a verdade é que esses soldados e os seus generais montavam os cercos e usavam dos mesmos estratagemas que se encontram descritos nos autores clássicos, em particular nos historiadores que liam e nos manuais de estratégia que estudavam, cuja língua era o latim. Há coincidências evidentes que mostram que muitas vezes é a vida que imita a literatura.

Mas o pormenor dos livros em latim em naus e galés da Costa do Malabar não deixa também de ser manifestação do enlevo que sente Damião de Góis em registá-lo. O mesmo enlevo que o leva a realçar, no retrato que traça de D. Afonso, filho de D. Manuel e D. Maria, o seguinte aspecto: « Foi assaz docto na lingoa latina, e estimaua muito homens letrados.»³⁹ Quando se trata de registar a presença do ideal humanista, do estudo e do interesse pelas letras, Damião de Góis manifesta o mesmo enlevo, quer se trate de sinais desse espírito entre os Persas de Ormuz, entre os Etíopes, os Malabares, os Rumes ou os príncipes.

Outras referências, ou alusões menores, não passam de ostentação de cultura e erudição, uma forma de *ornatus*, que vem tantas vezes suprir a penúria de conhecimento real das regiões descritas, como se fez na Antiguidade e como se continuou a fazer. Assim acontece com uma referência ao *De Bello Gallico* de Júlio César, ou a Plínio, Solino, e Diodoro, sobre a

³⁷ *Os Lusíadas*, I, 3.

³⁸ *Crónica de D. Manuel*, II, p. 137.

³⁹ *Idem*, p. 142.

existência de serpentes com cerca de setenta metros, à luta destas serpentes com os elefantes, ao mitológico sangue de dragão, às características do rinoceronte, etc. Ao mesmo tempo que cativam o leitor com as costumadas curiosidades, estas exibições eruditas revelam a mentalidade de um humanista profundamente empenhado no conhecimento dos factos.

Mas o mais importante é, por um lado, a retórica que se encontra por detrás da mensagem, a instaura e lhe dá corpo, por meio da utilização de *mirabilia* de toda a espécie, e, por outro lado, a cadeia de significados que dela se desprendem. Muitos humanistas leram os clássicos, e muitos deles com grande sentido histórico e filológico. Mas ninguém como os autores portugueses procurou decifrar o oriente com textos do ocidente. E ninguém como eles enriqueceu a leitura dos clássicos com um sentido tão universal e uma experiência tão profundamente vivida.